



Support Program for Economic and Enterprise Development (SPEED)

2 Novembro 2011

Desafios da Economia Moçambicana: Sector Privado Veículo de Crescimento e Sustentabilidade

Sumário

O sector privado é fundamental para as economias. Este gera rendimentos, riqueza e emprego. O seu desenvolvimento depende do ambiente de negócios, dos desafios impostos às economias e como os governos respondem a esses desafios.

O futuro, em Moçambique, tem uma possibilidade excelente de ser brilhante e exemplar. O passado mostra transformações importantes, em particular, em termos de crescimentos económicos anuais entre os 6-8 por cento e uma redução da pobreza para 55 por cento em 2007-08 vinda 69 por cento em 1996-97. O futuro, porém, dependerá de como se enfrentarão os desafios. Os principais desafios que se colocam a Moçambique são:

- Crescimento económico invejável mas sem repercussão na redução da pobreza desde 2002-03.
- Três-quartos da população gera somente um-quarto dos rendimentos nacionais e, em média, estes estão 2/3 abaixo da linha da pobreza. Isto é o resultado da estagnação, nos últimos 50 anos, dos níveis de produtividade das principais culturas da agricultura, em particular dos cereais.
- O sector privado (formal) apesar de ser já duas vezes maior do que o governo faz face a sérios impedimentos determinados por um ambiente de negócios complicado, burocrático e impeditivo. A população activa Moçambicana em 2007 foi de 10,6 milhões enquanto que o emprego formal não chega a 900 mil pessoas.
- Os recursos minerais e o gás e petróleo deverão ser um benefício para o país poder acelerar o seu crescimento e redução da pobreza. Estes recursos, no entanto, terão que ser propriamente utilizados via despesa pública eficiente.
- Tendência de apreciação real efectiva do Metical irá certamente acelerar no futuro em resultado de receitas dos minérios e gás e petróleo. Essa tendência terá impactos nefastos sobre a competitividade da economia e sector privado caso não existam programas direccionados ao aumento da produtividade e competitividade da economia.

Esta Nota debruça-se sobre estes desafios, tece considerações e propostas de solução ou mais trabalho analítico a ser desenvolvido. A Nota propõe como principais acções:

- Aumento da produtividade da agricultura, em especial, das principais culturas,
- Melhoria do ambiente de negócios para estimular crescimento do sector privado,
- Análise sobre os impactos da apreciação real efectiva da taxa de câmbio, a médio e longo prazo, e recomendações para se evitar distorções difíceis para o país,
- Estudo sobre eficiência da política tributária e administração procurando possíveis espaços para redução de taxas, simplificação e aumento da base tributária, e
- Maximização de receitas de mega-projectos, recursos minerais e gás e petróleo, e identificação de capacidades de absorção da administração, políticas mais eficazes e eficientes da despesa pública para crescimento abrangente e eliminação da pobreza.

Esta Nota foi produzida pelo SPEED. Este é um projecto financiado pelo USAID. A Nota reflecte a opinião dos seus autores.

Support Program for Economic and Enterprise Development (SPEED)

2 Novembro 2011

**Desafios da Economia Moçambicana:¹
Sector Privado Veículo de Crescimento e Sustentabilidade****1. Introdução**

O sector privado é fundamental para o desenvolvimento das economias. As empresas são geradoras de riqueza e, em especial, criam empregos absorvendo os jovens que todos anos se juntam à população economicamente activa. O desenvolvimento do sector empresarial está intrinsecamente dependente e também faz depender o ambiente de negócios. Ambientes de negócios complicados e com muita administração acabam por ser impedimentos à formação de novas empresas, empurram empreendedores para o sector informal e provocam sérios atentados à sustentabilidade das empresas e do sector privado, a médio e longo prazo.

Não é de estranhar que países com ambientes de negócios burocratizados e complicados vejam um sector informal da economia a crescer mais rapidamente do que o seu sector formal. As oportunidades de negócios, entrada no sector formal e a sustentabilidade deste sector é fortemente afectada por diferentes barreiras.

É também comum que, em ambientes de negócios difíceis, a competição seja reduzida. Este é um factor imposto pelo próprio ambiente de negócios impeditivo. Menos competição aumenta os poderes de negociação das poucas empresas existentes que poderão estar interessadas em manter o *status quo*. Isto implica que, em geral nesta economia, a produtividade será mais baixa do que nos seus parceiros e no resto do mundo e, conseqüentemente, os preços internos sejam mais altos comparativamente aos parceiros. Estes preços internos serão, sem qualquer dúvida, pagos pelos seus cidadãos que também serão mais pobres. Ambientes de negócios pobres tornam-se num ciclo vicioso, estrangulam as economias e empurram empreendedores para o sector informal.

Ambientes de negócios pobres dificultam o investimento e o crescimento. Os níveis de investimento acabam por ser menores do que poderiam ser, as possibilidades de criação e sustentabilidade de empresas ficam reduzidas e a criação de emprego acaba estrangulada e muito menor do que a velocidade de crescimento da procura por emprego determinada pelo crescimento da população activa.

O ambiente de negócios é somente factor determinante para o sector privado nacional. As grandes empresas e, em particular as empresas ligadas a mega-projectos, sempre recebem tratamento especializado e individual por parte das autoridades devido aos grandes montantes de capital investido e à exposição internacional que detém. O problema é que, em geral e raramente sem exclusão, estas empresas são de capital intensivo e, comparativamente, criam poucos postos de trabalho.

¹ Autoria de António S. Franco – antonio_franco@speed-program.com; antonio.serrao.franco@gmail.com
Esta Nota foi preparada para uma apresentação num *Business Breakfast* do Instituto de Directores de Moçambique, no dia 2 de Novembro de 2011.

As oportunidades de emprego estão grandemente ligadas ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas em economias como Moçambique. Estas infelizmente são as que são afectadas por ambientes de negócios pobres e burocráticos. Os grandes e mega-projectos não são de todo afectados. Isto significa que o ambiente de negócios discrimina maioritariamente os empreendedores nacionais.

Esta Nota olha para os principais desafios que Moçambique terá que enfrentar no futuro dando particular ênfase ao desenvolvimento do sector privado. Estes serão desafios críticos para o crescimento e, mais importantemente, para a redução da pobreza e bem-estar social.

Este trabalho analítico após a introdução apresenta os principais desafios que o país está a enfrentar e, ainda, aqueles que poderão vir a ser adicionados em resultado de mudanças que se espera venham a ocorrer. Seguidamente debruça-se em recomendações sobre áreas de possível actuação e termina com uma conclusão e proposta de novas áreas de pesquisa. Este documento inclui um anexo que integra quadros com informação utilizada na sua preparação.

2. Historial e Desenvolvimentos Recentes

A economia Moçambicana tem tido um desempenho excelente desde princípios dos anos 1990. As médias de crescimento económico têm rondado os 7-8 por cento ao ano o que é um padrão fenomenal de atingir. Este tem sido o resultado do estabelecimento da paz, estabilidade económica e social e programas de reforma que introduziram as raízes cruciais para a transformação e crescimento. São bastantes os resultados positivos alcançados destacando-se o aumento dos rendimentos *per capita* da população Moçambicana, maiores níveis de cobertura escolar e graduados, maior abrangência dos programas de saúde e melhoria dos indicadores de saúde, e um maior parque infraestrutural.

Pobreza e agricultura

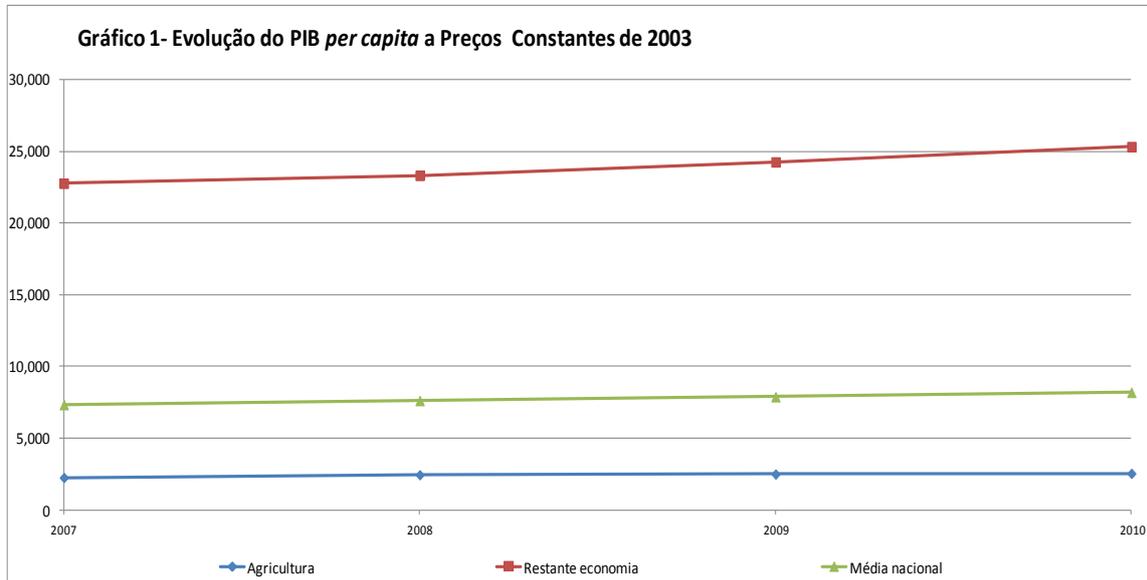
A pobreza foi reduzida de cerca de 69,4 por cento em 1996-97 para 54 por cento em 2002-03 e encontra-se estagnada nos 55 por cento (IOF 2008-09).² A principal razão reside em dois factores principais. O primeiro factor é que cerca de três-quartos da população Moçambicana tem os seus rendimentos gerados na agricultura e a produtividade média deste sector não ter mudado no passado longo.³ Sem aumentos e, em particular, significativos da produtividade da agricultura, a redução da pobreza será um desafio gigantesco se não mesmo impossível. Dados disponíveis sobre as contas nacionais indicam que a agricultura representa cerca de 23 por cento (ou quase um-quarto) do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que inclui 75 por cento da população de acordo com o Censo de 2007.⁴ Isto significa que a população da agricultura representando cerca de três-quartos da população produz menos do que um-quarto dos rendimentos nacionais, enquanto que o restante um-quarto da população produz três-quartos dos rendimentos. Deste modo, a população da agricultura tem rendimentos *per capita* cerca de 10 vezes menores do que os restantes 25 por cento da

² IOF, Inquérito ao Orçamento Familiar de 2008/09, INE: http://www.ine.gov.mz/publicacoes/TERCEIRA_AVALIACAO_NACIONAL_DA_POBREZA1.pdf

³ Estudos mostram que a produtividade média das culturas básicas (cereais em particular) não sofreu alteração nos últimos 50 anos.

⁴ O Censo 2007 pode ser obtido via a ligação: http://www.ine.gov.mz/home_page/censo07/

população. O gráfico abaixo mostra que em termos reais os rendimentos da agricultura estão praticamente estagnados uma vez que a linha azul quase que não tem inclinação – reflexo da estagnação da produtividade. A média nacional está também praticamente estagnada (determinada pela agricultura), mas os rendimentos da restante economia (sectores não agricultura) têm um ganho de mais do que 10 por cento entre 2007 e 2010.



Os níveis do PIB *per capita* quando calculados em valores nominais mostram que o sector da agricultura gerou somente MT 11,3 por dia (equivalente) em 2009 – ver quadro inserido neste parágrafo. Interessantemente, este valor corresponde a cerca de somente 61 por cento do valor nominal da linha de pobreza (IOF 2008/09) estabelecida em MT 18,4. Entretanto, o mesmo PIB *per capita* para o restante da economia era já de MT 100,8/dia. A média nacional era equivalente a MT 33,5/dia o que poderia indicar que, pelo lado do PIB, a população média Moçambicana aritmeticamente estaria acima da linha da pobreza. Na realidade os valores do PIB criados pela agricultura mostram a triste realidade de que todos os agricultores têm

Quadro: PIB *per capita* em MT Correntes

	2007	2008	2009	2010
Agricultura	3,185	3,977	4,111	4,550
Restante economia	30,945	33,554	36,794	40,772
Média nacional	10,064	11,306	12,210	13,526
Nota:				
PIB <i>per capita</i> /dia				
Agricultura	8.7	10.9	11.3	12.5
Restante economia	84.8	91.9	100.8	111.7
Média nacional	27.6	31.0	33.5	37.1
Linha de pobreza em				
MT/pessoa/dia *			18.4	

Fonte: INE, Contas Nacionais por Trimestre.

* Dados do IOF referentes a 2008/09, Quadro 12.1.

rendimentos menores do que 2/3 da despesa definida pela linha da pobreza. Portanto, esta grande maioria da população tem uma enorme probabilidade de ser pobre e muitos destes

aberrantemente pobres – o IOF informa que 55 por cento dos Moçambicanos eram pobres em 2008/09. Caso não se inverta esta situação, as famílias agrícolas tornar-se-ão cada vez mais pobres e este assunto é mais desenvolvido abaixo.

Ambiente de negócios difícil

O segundo factor está relacionado com o ambiente de negócios no país. Porquê o ambiente de negócios? O Censo da População de 2007 mostra que o sector formal da economia, em Moçambique, empregava menos do que 850 mil pessoas, quando o país nesse ano tinha já uma população activa⁵ de 10,6 milhões de pessoas. No sector formal, cerca de 245 mil pessoas trabalhavam para a administração pública,⁶ enquanto que as empresas detinham cerca de 532 mil trabalhadores.⁷ Os restantes empregados do sector formal estavam principalmente em ONGs, representações diplomáticas e agências internacionais – estes eram pouco mais do que 61 mil trabalhadores. Interessantemente, em 2007, o sector privado formal detinha o dobro de trabalhadores quando comparado com a administração pública. Porém, o sector formal representava, em 2007, pouco menos do que 8 por cento da população activa, o que é extremamente pequeno. O maior impedimento ao desenvolvimento do sector privado é, sem dúvida, o complicado ambiente de negócios.

Um ambiente de negócios simples e eficiente (similar aos existentes nos melhores 20-30 países do *Doing Business*) cria incentivos para um crescimento acelerado e sustentável do sector privado, contribuindo para a geração de múltiplos de emprego.

De acordo com o *Doing Business* (DB) 2012 do Banco Mundial, Moçambique piorou para a posição 139 dentre 183 economias. O desempenho de Moçambique no DB melhorou sensivelmente entre 2006 e 2011. O DB 2012 mostra uma queda significativa de 7 posições estando o país agora perto das piores posições alcançadas.⁸ Ver quadro aqui inserido:

Doing Business: Posição de Moçambique

	Posição	Número Países Amostra
DB 2012	139	183
DB 2011 *	132	183
DB 2010	135	183
DB 2009	141	181
DB 2008	134	178
DB 2007	140	175
DB 2006	110	155

Fonte: DB 2012 a 2006.

* DB 2011 Foi ajustado de 126 no relatório DB 2011 para 132 agora no DB 2012 para que estes 2 anos possam ser comparáveis.

Adicionalmente o Índice de Competitividade Global (ICG)⁹ coloca também Moçambique em péssima posição. Neste caso, o desempenho de Moçambique em 2011-2012 caiu para 133 (num total de somente 142 economias pesquisadas) vindo de 131 em 2010-2011. Esta deterioração conjunta do DB e do ICG é uma boa fotografia do péssimo ambiente de negócios existente no país. Existem áreas com ganhos importantes como a de “iniciar-se um negócio”

⁵ A população activa inclui todos os cidadãos entre os 15 e 65 anos de idade.

⁶ Foram incluídos aqui 12,4 mil trabalhadores das autarquias locais.

⁷ Os trabalhadores das empresas públicas (56 mil) estão incluídos neste total.

⁸ A pior posição foi 141 em 2009.

⁹ ICG é preparado pelo World Economic Forum. Para detalhes e acesso: www.weforum.org

mas, no *comptum* geral, o ambiente de negócios continua difícil, não estimula a criação de novas empresas e não permite a criação de condições que garantam que uma boa proporção das empresas consiga sobreviver – isto é, a sustentabilidade do crescimento das empresas e da economia. Com um ambiente de negócios deste, o desenvolvimento do sector privado e consequente geração de emprego na economia continuará a progredir a passos extremamente lentos e muito aquém das necessidades.

População activa e emprego

O emprego é fundamental. A população activa em Moçambique em 2007 atingiu os 10,6 milhões de pessoas. A população activa encontra-se a crescer em mais do que 300 mil pessoas por ano, o que implica que se estima que, em 2011, tenha atingido quase os 12 milhões de pessoas e que, em 2015, esta deva alcançar os 13,4 milhões de indivíduos. Projecta-se que, em cada 5 anos, venham a ser adicionados entre 1,8 a 2,6 milhões de pessoas à população activa de 2015 a 2025¹⁰ – ver quadro a seguir.

Quadro: População activa

	2007	2008	2010	2015	2020	2025
Total	10,589,404	10,896,457	11,555,316	13,392,209	15,623,594	18,216,344
Homens	4,979,490	5,117,448	5,419,663	6,304,598	7,403,874	8,679,111
Mulheres	5,609,914	5,779,009	6,135,653	7,087,611	8,219,720	9,537,233
Crescimento		307,053	658,859	1,836,893	2,231,385	2,592,750

Por outro lado, as estatísticas mostram que o sector empresarial, apesar de ser já duas vezes maior do que a administração pública, está ainda a crescer lentamente – ver quadro inserido.

Evolução da Actividade Económica: Julho 2010 a Julho 2011 *

	Jul-10	Jul-11	Variação %
Em termos nominais			
Índice volume negócios	299.4	302.7	1.1
Índice remunerações	219.7	246.7	12.3
Em termos reais			
Índice volume negócios	299.4	274.6	-8.3
Índice remunerações	219.7	223.8	1.9
Índice de emprego	134.8	133.5	-1.0
Em memória			
IPC	94.1	103.7	10.2

* O índice cobre os sectores da Indústria, Comércio e Serviços e tem 2004 por base.

Fonte: INE - Índice das Actividades Económicas; Índice de Preços no Consumidor - Moçambique (2009-2011)

¹⁰ Estas projecções foram extraídas do documento “Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040, INE, que pode ser obtido via: http://www.ine.gov.mz/populacao/projecoes/proj_pop_moz/

Este quadro ilustra que a actividade económica entre Julho de 2010 e Julho de 2011 não é positiva. O volume de negócios e o emprego nestes sectores registaram uma evolução decrescente de 8,3 por cento e 1 por cento, respectivamente. As remunerações registaram um ganho positivo de quase 2 por cento. Apesar do fraco desempenho destes sectores, o passado tem mostrado que o sector privado pode adicionar cerca de 13.000 a 15.000 novos empregos por ano.

Duas conclusões interessantes e preocupantes podem ser tiradas desta evolução. A primeira é que o emprego criado por ano ronda somente os 2-3 por cento, ou cerca de metade do crescimento médio económico anual. Isto possivelmente implica que existe um aumento gradual de intensidade de capital, no investimento total na economia, o que é inverso ao necessário. A segunda conclusão é que este novo emprego criado é irrisório quando comparado com o aumento anual da população activa: 15.000 novos empregos criados, no máximo, contra 300 mil novas pessoas a entrar na população activa por ano – não se mencionando aqueles que estão já na população activa e à procura de emprego. Em cada 5 anos com este nível de geração de emprego, serão criados 60,000 a 70,000 novos empregos, no total, quando se projecta que existam 1,8 a 2,6 milhões de novos jovens a precisarem desses mesmos empregos. Algo radicalmente diferente tem que ser realizado nesta vertente e urgentemente.

Comportamento da taxa de câmbio

Um elemento importante para o ambiente de negócios e para a competitividade da economia Moçambicana é a evolução da taxa de câmbio. É do conhecimento geral que a taxa de câmbio nos últimos 20 ou mais anos tem sofrido uma desvalorização nominal – os moçambicanos habituaram-se que a moeda externa irá custar mais cara de ano para ano. Porém, esta tendência não é verdadeira quando se analisa a sua variação real. Em termos reais, o Metical tem estado a apreciar desde 1995 com dois acidentes de percurso (2007 e 2010) em que existiram pequenas depreciações reais. Desde 2004 até agosto de 2011, o Metical tem apreciado em termos reais cerca de 6-9 por cento ao ano.¹¹

Poder-se-ia dizer que a economia moçambicana perdeu competitividade na mesma proporção que a apreciação real, neste período, quando comparada aos seus parceiros comerciais. Pode-se também dizer que as importações moçambicanas, em média, tornaram-se mais baratas pelo efeito da apreciação real da taxa de câmbio e sem contar possíveis ganhos em produtividade nos parceiros.

Quer dizer, a taxa de câmbio pode facilitar ou adicionar obstáculos ao ambiente de negócios. Ela, portanto, afecta também o surgimento e sustentabilidade de empresas vocacionadas para produção destinada aos mercados nacionais e/ou para exportação. Uma taxa de câmbio real com uma tendência de apreciação a longo prazo estimulará o consumo importado em detrimento da produção nacional assim como o potencial desaparecimento de exportações. O

¹¹ Esta evolução da taxa de câmbio é estudada num documento intitulado “*Impact of Exchange Rate Fluctuations on the Economy of Mozambique*”, do Projecto SPEED e de autoria do Dr. Tyler Biggs. Este estudo analítico está ainda em forma de esboço e será finalizado em breve após sua apresentação e discussão no Maputo. Esta versão do estudo pode ser obtida via: <http://www.speed-program.com/foreign-exchnage>

comportamento da taxa de câmbio afecta, conseqüentemente, as possibilidades de criação e sustentação de novos empregos e exigirá em Moçambique a tomadas políticas económicas que corrijam estes efeitos negativos de uma taxa de câmbio a apreciar em termos reais a longo prazo.

Por conseguinte, aumentar a produtividade da agricultura e restantes sectores, e melhorar o ambiente de negócios tem que estar no centro das políticas económicas e sociais. Sem tal será quase impossível garantir não só crescimentos acelerados mas principalmente a redução da pobreza, criação acelerada de emprego e estabilidade e bem-estar social.

3. O Que Fazer?

O objectivo deste trabalho de análise é a problemática do desenvolvimento do sector privado, a melhoria do ambiente de negócios, a sustentabilidade das empresas e investimento, e a criação de emprego.

Olhar para o futuro e decidir-se onde se quer estar é fundamental para qualquer economia. Acelerar ganhos na produtividade da agricultura, no desenvolvimento e sustentabilidade do sector empresarial e emprego, no desenvolvimento do capital humano e infraestruturas são fundamentais. As perspectivas do futuro em Moçambique são excelentes e com um grande potencial mas certamente ditarão sacrifícios, políticas económicas, financeiras e sociais bem desenhadas, abrangentes e conseqüente e plenamente defendidas, implementadas, monitoradas e corrigidas quando necessário.

Moçambique tem sofrido uma falta crónica de recursos, desde humanos a financeiros. Tudo indica que Moçambique é um país rico em termos de recursos minerais (não-renováveis). Estes recursos, própria e transparentemente, podem mobilizar grandes e certamente excessivos montantes de recursos que, sendo bem utilizados, serão o instrumento supremo de mudança e transformação. Não sendo bem utilizados gerarão maiores desigualdades, pobreza aberrante, distorções sociais e perigos fortes à estabilidade social e económica.

A exploração de recursos não-renováveis via mega e grandes projectos deve estar no centro da agenda de políticas. Esta exploração deve ser feita dentro de parâmetros de maximização de receitas para o orçamento nacional, transparência, responsabilização institucional e governativa e eliminação da pobreza.

Esta oportunidade costuma somente aparecer uma vez na história dos países. Quando agarrada e devidamente explorada, ela gera riqueza, desenvolvimento económico e bem-estar social, e criam-se os bons exemplos deste mundo.

Agricultura e pobreza

A produtividade média nacional das principais culturas está estagnada. Ela é uma média bastante baixa e indicadora de pobreza. Existem alguns casos de sucesso que indicam possibilidades excelentes de solução caso possam ser multiplicadas e expandidas a novas áreas e regiões do país. Existe um grande volume de pesquisa aplicada existente que deveria ser utilizado – desenvolvidas sementes novas e melhoradas, tecnologia, pesquisa, acesso a mercados, problemática da terra, difícil acesso a financiamento e, ainda, programas de extensão desenhados.

O que tem faltado, em grande medida, é objectividade, priorização, continuidade e responsabilização institucional e individual aos vários níveis. É fundamental a definição de um objectivo claro e aceite pelos diferentes intervenientes, prioridades reduzidas mas claras, objectivas e eficientes, e recursos orçamentais que permitam e garantam a aplicação das estratégias e programas definidos. Acima de tudo, é crítica a responsabilização institucional e individual da implementação, eficiência e efectividade dos programas.

Toda a pesquisa feita e experiência acumulada, em Moçambique e no exterior, deveriam ser amplamente discutida e definido como a sua utilização irá provocar a mudança. Tem-se visto vezes sem conta o início de programas que nunca passam do início, não têm responsabilização clara das instituições envolvidas e continua-se, entretanto, a iniciar mais programas atrás de programas. Isto é uma perda de recursos, gera frustração nos melhores profissionais existentes, no país, que não conseguem fazer a sua voz ser ouvida e não lhes é dada a oportunidade de fazer a transformação. Muitas são as vezes em que se clama-se por falta de recursos mas, por outro lado, esbanjam-se recursos enormes em programas nunca implementados ou sem qualquer significado e eficiência.

Resolver o problema da produtividade da agricultura é crítico para a redução da pobreza em Moçambique. Ela não depende somente do sector da agricultura. Melhor infraestrutura (estradas, água, etc.) ampliará o acesso a mercados, poderá permitir reduções significativas de custos e é elemento fundamental para estimular a procura e oferta de produtos agrícolas. Adicionalmente, a produtividade está também ligada ao acesso a tecnologias e à melhoria do capital humano, à qualidade dos programas de educação e ensino técnico-profissional, assim como acesso a água, saúde, electricidade e telecomunicações.

De modo a ultrapassar-se esta situação, tendo em conta a preparação recente do PESA- Programa Estratégico do Sector da Agricultura, acha-se que seria importante fazer-se uma discussão profunda deste programa. Deveriam ser convidados os melhores profissionais, pesquisadores, académicos e especialistas nacionais e estrangeiros de países e instituições que têm feito diferença e mudança. Isto deveria culminar num programa e orçamento, com poucas mas claramente identificadas prioridades que desaguariam em planos e orçamentos anuais que o sector da agricultura seria individualmente responsabilizado de executar. É também importante que se distingam as acções imediatas e com impactos a curto prazo das de médio e longo prazo. Existem acções directamente ligadas à produtividade que podem e devem ter impactos imediatos e de curto prazo.

Ambiente de negócios e desenvolvimento do sector privado

O desenvolvimento do sector privado é crucial. O sector privado não só contribui para a geração de riqueza e expansão e sustentabilidade do emprego, mas também alastra as bases do crescimento a um maior número de pessoas e provoca impactos amplos e abrangentes. Para tal, o sector privado tem que ser devidamente estimulado. O estímulo ao desenvolvimento do sector privado é fundamentalmente determinado pelo ambiente de negócios e uma despesa pública efectivamente direccionada para o desenvolvimento do capital humano (educação, saúde, água e saneamento), infraestruturas, utilidades, e lei e ordem, em particular, funcionamento efectivo e célere dos tribunais.

São variados os factores que influenciam o ambiente de negócios. O ambiente de negócios por sua vez determina o desenvolvimento do sector privado ora via criação de novas empresas ora sobre as possibilidades de sustentabilidade das empresas. Um bom indicador de qualidade do ambiente de negócios é o *Doing Business* do Banco Mundial. Os primeiros 30 países têm ambientes de negócios favoráveis. A realidade mostra que são raros os casos de países que conseguirão resolver os seus problemas estruturais de crescimento e pobreza, caso não introduzam reformas profundas e incisivas no ambiente de negócios. Almejar progredir 20 ou 30 posições do DB só pode ser um passo de transição para se alcançar as 30 melhores posições e nunca um objectivo final.

O Projecto SPEED fez uma análise detalhada sobre o ambiente de negócios. Esta análise está refletida em vários documentos e, em particular, no relatório “Ambiente de Negócios em Moçambique: Ideias para se Andar para a Frente e Fazer a Diferença”.¹² O Relatório enfatiza:

- Liderança e vontade política - estes são fundamentais e imperativos para o sucesso de reformas para facilitar e melhorar o ambiente de negócios. Estas reformas frequentemente são multissetoriais e liderança e determinação política são cruciais para se garantir que a agenda possa progredir rapidamente e de forma focalizada.
- Responsabilização e prazos - responsabilização e prazos são críticos para o sucesso de reformas. Instituições e oficiais têm que ser responsabilizados pelo progresso das reformas e dentro de prazos. É importante que as instituições e oficiais beneficiem de assistência, mas estas reformas muitas vezes não exigem recursos financeiros.
- Estabelecimento de uma unidade de coordenação - deve ser estabelecida uma unidade de coordenação que exigirá responsabilização de acção e prazos de implementação. Esta unidade deve estar localizada no Gabinete do Presidente da República ou no Gabinete do Primeiro Ministro e o seu líder deveria ter poderes equiparados a vice primeiro-ministro para garantir sucesso.
- Mente aberta - a existência de uma mentalidade aberta é crítica para o sucesso de reformas. A administração e burocracia serão os obstáculos mais fortes contra a reforma tentando proteger os seus poderes (escondidos ou não) assim como receitas (legais ou não, corrupção). A reforma deve almejar o que é realmente necessário e não o que são os procedimentos actuais e simplificá-los. A maioria das reformas podem ser facilmente atingidas, raramente necessita de recursos financeiros, mas decisão tem que existir e ser executada.

O DB não completa o ambiente de negócios. Ele não define na totalidade os impedimentos ao desenvolvimento empresarial. Estes incluem a transparência, efectividade e eficiência da despesa pública, o comportamento dos níveis de preços e, em particular da inflação, taxas de juro e taxas de câmbio, o acesso a crédito e funcionamento do judicial. Estes, conjuntamente com o papel da propriedade privada e suas protecções, a problemática dos direitos de uso da terra e acesso a financiamento estão, em geral, no nível mais prioritário de obstáculos ao desenvolvimento identificado pelo sector privado em Moçambique.

¹² Este documento pode ser obtido através da ligação: <http://www.speed-program.com/library/resources/speed/2011/speed-reports-2011-003ambientedenegociosemmocambique-maindoc12jul.pdf>

A melhoria do ambiente de negócios pode ser positivamente afectada por maior eficiência da política tributária. É bem possível que através da ampliação da base, maior eficiência da administração e diminuição de taxas de imposto¹³ se possam gerar maiores volumes de receitas ao mesmo tempo que se estimula maior actividade, riqueza e emprego, e consequentemente um sector privado maior e mais sustentável.

Financiamento, taxa de juro e taxa de câmbio

O acesso ao financiamento em Moçambique pelo sector empresarial é embrionário e reduzido. Isto por falta de garantias bancárias, fraca qualidade de projectos bancáveis, assim como taxas de juro extremamente altas e impeditivas.

Os mercados de capitais são praticamente inexistentes. Grande maioria das operações bancárias está dirigida para actividades de exportação e importação, bem como financiamento ao orçamento do país. Existe um amplo trabalho analítico sobre o sector financeiro o qual inclui propostas concretas de medidas de reforma e políticas. O Banco de Moçambique e o Ministério das Finanças têm um papel de liderança nesta área e sugere-se que maior celeridade deveria ser dada a esse programa.

A taxa de câmbio real efectiva encontra-se a apreciar. Nada indica que esta tendência venha a mudar mas bem pelo contrário. Os recursos não-renováveis e suas receitas irão mobilizar cada vez mais recursos em moeda externa e perpetuar, a longo prazo, uma tendência cada vez mais crescente de apreciação real do Metical.

O problema não está em se pararem os megas e grandes projectos; isso seria uma falácia. Moçambique necessita desses recursos para o seu crescimento. A questão que se coloca será como maximizar a mobilização desses recursos e, fundamentalmente, como utilizar esses recursos. A qualidade da utilização destes recursos tem que originar ganhos acelerados em produtividade, competitividade e transformação estrutural da economia que consigam não só anular os efeitos negativos duma apreciação real da moeda (em particular, na economia fora dos recursos não-renováveis). Só desta forma se poderão garantir impactos aceleradores de redução da pobreza. Isto é, a velocidade dos ganhos em produtividade e redução de custos têm que ser bastante maior do que a velocidade de apreciação real efectiva do Metical para se poder ter ganhos nos rendimentos individuais e, em especial, dos pobres. Caso contrário somente aqueles que tenham acesso a um emprego no sector formal poderão ver os seus rendimentos aumentos caso estas empresas sejam suficientemente dinâmicas e energéticas para garantir ganhos rápidos de produtividade. A função redistributiva de recursos é da responsabilidade do governo via políticas (económicas e sociais) e despesa pública e é ela que deve assegurar políticas acertadas que assegurem crescimento.

Uma apreciação real efectiva exercerá pressões enormes sobre as empresas vocacionadas para produção de consumo interno e/ou exportação caso elas não consigam realizar ganhos em produtividade e redução de custos. Sem ganhos em produtividade, estas empresas serão simplesmente liquidadas uma vez que os preços importados deverão ser cada vez menores por efeito da apreciação de taxa de câmbio (assumindo que os preços internacionais não

¹³ Menores impostos com uma administração eficiente estimulam crescimento o que, por actividade acrescentada, produz maiores receitas.

umentem, pelo menos, na mesma proporção). Existirão também grandes probabilidades que a economia moçambicana se transforme em consumidora de bens importados e produtora de serviços não comercializáveis além-fronteiras, característica de países ricos em recursos não-renováveis quando não aplicam políticas que tratem de corrigir as distorções que virão a ser criadas. Portanto, uma taxa de câmbio com tendências de apreciação real efectiva a médio e longo prazo pode, sem dúvida, ter um impacto nefasto no desenvolvimento do sector privado e na eliminação da pobreza.

Mobilização de recursos e política orçamental

Tudo indica que o futuro de Moçambique possa ser brilhante. A economia irá continuar a crescer e não existem quaisquer indicações que esse crescimento esteja abaixo dos 6-8 por cento ao ano nos próximos 10 anos, no mínimo. O problema é se esse crescimento for somente gerado pelos sectores dos recursos não-renováveis. Dois factores importantes devem ser tomados em conta. O primeiro factor é que é imperioso que seja atingida a maximização de receitas da exploração destes recursos. As actuais leis tributárias para o sector de recursos minerais e sector do gás e petróleo são modernas e respondem a padrões internacionais. É agora crítico que os seus regulamentos sejam aprovados urgentemente para que estas duas leis possam ser aplicadas de imediato.

O segundo factor está ligado a que maximização de receitas tem, no entanto, que ser posta a bom uso do crescimento e eliminação da pobreza. A primeira tendência que surge em países similares à situação em que Moçambique se encontrará num futuro próximo é tentar utilizar esses recursos de imediato (frequentemente, via orçamento). O que sempre acontece é que os países não têm capacidades suficientes de absorver devida, efectiva e eficientemente esse enorme e crescente volume de recursos criados. O problema não é utilizar mais recursos (num determinado sector ou sectores da economia) mas sim o que fazer com tais recursos, que objectivos atingir e programas a implementar.

A capacidade de absorção das economias é limitada. Esta limitação é tanto maior quanto menor forem as capacidades das suas instituições, quanto menores e frágeis forem os sistemas de gestão e administração e transparência, quanto mais fraca forem as responsabilidades institucionais e individuais, assim como quanto mais pequeno for o desenvolvimento infraestrutural e provisão de utilidades básicas como água e saneamento, electricidade, e comunicações.

A tentativa pelos governos de gastarem os enormes e crescentes recursos financeiros disponíveis tem uma probabilidade enorme de gerar rápido desperdício e gastos desnecessários. Começa o aparecimento rápido de elefantes-brancos, despesas que não têm impacto na qualidade dos serviços e crescimento e, pior do que tudo, a emergência de uma corrupção galopante. Estas economias, em geral, produzem um enriquecimento acelerado de uma pequena elite, corrupção degradante e um estagnar do crescimento na economia fora dos recursos não-renováveis. A pobreza torna-se cada vez mais aberrante e profunda e estabelece-se um ambiente de fraca estabilidade social com grandes proporções da população mais desfavorecida a questionar as políticas governativas. Estas economias são muitas vezes afligidas por conturbações populares em resposta às grandes desigualdades estabelecidas – os acontecimentos durante 2011 no norte de África e Médio Oriente, espelham bem as populações a mudarem regimes não só para adquirirem liberdades e direitos existentes em

grande parte do mundo, mas também a imporem pressão sobre uma melhor distribuição da riqueza nacional e oportunidades de emprego e rendimentos e redução da corrupção.

Controlar a utilização destes recursos e a qualidade da despesa pública é primordial. É fundamental que se determinem as capacidades de absorção da economia. Estas capacidades evoluirão, naturalmente, a médio e longo prazo. A capacidade de absorção deve determinar o volume de recursos a serem utilizados do lado da despesa pública independentemente do crescente fluxo de receitas.

É imperativo que se estude de imediato a possibilidade de criação de um fundo soberano para a gestão dos recursos a serem gerados pelos sectores não-renováveis. Existe ampla experiência a nível mundial nesta área. Este é um instrumento por excelência para assegurar óptima gestão e transparência destes fundos. Este instrumento é também excelente para anular os efeitos da taxa de câmbio a médio e longo prazo.

Mega-projectos

Os megas e grandes projectos são já e vão continuar a ser uma realidade em Moçambique, no futuro próximo e mesmo a longo prazo. Eles vão fundamentalmente operar nos sectores de exploração de recursos não-renováveis e energia. Eles deverão ser um benefício para a economia moçambicana, desenvolvimento do sector privado e eliminação da pobreza.

A expansão destes projectos deve ser estimulada dentro de princípios a salvaguardar. O primeiro objectivo tem que ser a maximização de recursos para Moçambique via impostos e outras receitas de forma transparente e seguindo padrões internacionais. Deve-se também garantir a protecção das populações existentes nas áreas de possível exploração e a protecção do meio-ambiente. Adicionalmente deve ser procurada ao máximo a expansão de empresas que produzam, em Moçambique, produtos e serviços que, de outro modo, seriam importados por estes projectos – isto estimulará a expansão do sector privado e emprego no país. Tem também que ser procurada a possibilidade de maximização do valor-acrescentado dos minérios, gás e petróleo, e energia moçambicanos – a título de exemplo como iniciar a produção e exportação de peças ou partes em alumínio em vez da exportação de lingotes de alumina, possível exportação de produtos petrolíferos refinados e petroquímicos em vez de exportação de petróleo bruto e gás natural, etc. O mundo tem bastante experiência nestas áreas que devem ser analisadas, exploradas e maximizadas. Estas acções estimularão a criação de empresas, fortalecerão o desenvolvimento do sector privado, a emergência de novas indústrias, promoverão a expansão da base produtiva e garantirão uma geração multiplicada de emprego, em Moçambique, e ainda provocarão maiores possibilidades de receitas orçamentais.

4. Conclusão

A economia Moçambicana tem tido um desempenho invejável no passado. O crescimento tem sido notório e bem acima da média mundial. O país encontra-se em transformação e a pobreza foi reduzida.

Os desafios que Moçambique enfrenta, nesta sua fase de desenvolvimento, são árduos e exigem dedicação, concentração de prioridades, maior eficiência e transparência para que possam ser resolvidos. Os principais desafios são:

1. **Redução da pobreza** – fundamental acelerar o crescimento económico que tenha uma base ampla de modo a provocar maiores e acelerados rendimentos na economia e, em especial, daqueles que são pobres.
2. **Aumento da produtividade da agricultura** – uma vez que três-quartos da população tem os seus rendimentos vindos da agricultura e esta população é maioritariamente pobre, a solução da pobreza em Moçambique não pode ser alcançada caso não se consiga melhorar drástica e aceleradamente a produtividade média da agricultura. A não-resolução desta questão provocará aumentos da pobreza e, ainda, aumentos na profundidade dessa mesma pobreza. Este pode bem ser um elemento de instabilidade social para o país quando maiores recursos são gerados e não são passados à grande maioria da população.
3. **Melhoria do ambiente de negócios** – a experiência mostra, na história da humanidade, que os governos dinamizam o crescimento via políticas económicas, ambiente de negócios e despesa pública, em particular investimento. A história mostra também que é o sector privado tem um potencial enorme em termos de geração de rendimentos e riqueza, e principalmente como esse rendimento é criado e transmitido via a expansão do emprego e sua sustentabilidade. O ambiente de negócios deve ser simples, flexível e estimulante do crescimento, ao mesmo tempo que deve estabelecer regras de competitividade, justiça económica, financeira e social.
 - a. **Reformas devem ser ambiciosas** - imperioso que se tenha uma mente aberta e dedicação para se reformar e rápido. O objectivo da reforma deve ser colocar o país nos primeiros 30 lugares do DB e não somente avançar 30 posições.
 - b. **Taxa de câmbio real efectiva a apreciar a médio e longo prazo** - tem que se dar uma revolução em termos de produtividade e competitividade em Moçambique. Sem isto, a apreciação real do Metical irá provocar uma redução da produção nacional de bens e serviços para consumo interno e exportação uma vez que a importação será cada vez mais barata. A economia tornar-se-á cada vez mais dependente dos recursos não-renováveis, um perigo a evitar a todo o custo porque estes recursos existem somente durante um determinado período – por isso são não renováveis
 - c. **Verificar eficiência da actual política tributária e da administração** - melhorar e simplificar a política tributária conjuntamente com a ampliação da sua base pode permitir espaço para redução de taxas que contribuirão para estimular empresas a realizar mais e maiores investimentos e criação de emprego.
 - d. **Trabalho analítico sobre a propriedade e, em particular sobre o uso da terra** – imperativo que se explore a melhoria das protecções de propriedade e a possibilidade de utilização de direitos de uso terra como garantia. Existem experiências internacionais excelentes que poderiam ser utilizadas em Moçambique.
4. **Maximização de receitas, gestão e qualidade da despesa pública** – as receitas da exploração dos recursos não-renováveis devem ser maximizadas de forma transparente

e responsável. Uma mobilização de receitas crescente e acelerada não deve nem pode significar uma despesa a crescer à mesma velocidade. Existem e existirão problemas sérios de capacidades de absorção que determinarão o crescimento e a qualidade da despesa e onde colocar esses recursos. Uma gestão da receita e despesa pública menos consciente gerará má utilização, fracos impactos na economia, elefantes-brancos e corrupção galopante. O pior de tudo será a agudização da pobreza e das desigualdades sociais, as possíveis consequências nefastas sobre a estabilidade social e económica e a perda de uma oportunidade única para o país. É importante estabelecerem-se prioridades a médio e longo prazo para a política de despesa pública, capacidades de absorção e estudar a utilização de um fundo soberano como instrumento de gestão e transparência dos recursos gerados nos sectores não-renováveis. Este é um instrumento excelente para lidar com os efeitos da taxa de câmbio.

5. **Estimular maior valor acrescentado dos recursos a serem explorados** – deve existir uma procura consistente de transformação em Moçambique dos recursos a serem explorados. Isto provocará desenvolvimento de empresas, emprego e produção de produtos a montante e jusante destes projectos e estimulará novos produtos e serviços a serem introduzidos.

As principais recomendações para estes desafios são as seguintes:

1. **Aumento da produtividade da agricultura** – importante juntar tanto mais cedo quanto possível os melhores profissionais nacionais e estrangeiros para discutir em detalhe os desafios da agricultura e soluções a implementar tomando em conta o PESA e trabalho analítico realizado. Devem ser revistos os actuais planos do sector e primordialmente determinadas prioridades (poucas) com acções específicas a seguir, custos e responsabilizações institucionais e individuais bem identificadas.
2. **Melhoria do ambiente de negócios** – em primeiro lugar propõe-se que se implementem de imediato as acções propostas no relatório “Ambiente de Negócios em Moçambique: Ideias para se Andar para a Frente e Fazer a Diferença”. Poder-se-ia fazer um debate sobre este trabalho e outros envolvendo especialista para se desenhar plano de acção concreto.
3. **Taxa de câmbio real efectiva a apreciar a médio e longo prazo** – um estudo que em breve será publicado avançará com algumas propostas mas pode ter que se realizar um novo estudo que olhe, em particular, para sobre os impactos de apreciação real efectiva sobre o sector privado e agricultura e proponha medidas efectivas de política económica.
4. **Gestão de recursos públicos** – existem três factores importantes:
 - a. **Maximização de receitas** – importante que se prepare, publique e implemente de imediato os regulamentos das leis referentes à tributação dos recursos minerais e do gás e petróleo. Sem estes regulamentos implementados não será possível iniciar a implementação das respectivas leis. Adicionalmente, é imperativo fortalecer o papel do ITIEM–Iniciativa de Transparência da Industria Extractiva Moçambique, garantir a validação para membro da EITI¹⁴. Estes instrumentos são veículos críticos para a maximização destas receitas.
 - b. **Definição da capacidade de absorção** – deve ser realizado um trabalho analítico profundo. A capacidade de absorção condicionará a despesa, seus objectivos e qualidade. Despesa e qualidade condicionadas, determinam o montante de receitas (em especial dos recursos não-renováveis) que serão canalizadas para a despesa pública. Tomando em conta as capacidades de absorção e sua expansão pode certamente acontecer que existirá um excesso de receitas que se propõe seja parte de um fundo soberano. Um estudo deve ser preparado reflectindo sobre boas práticas internacionais de fundos soberanos: objectivos, definição, gestão e utilização de recursos destes fundos – o Projecto SPEED poderá avançar com uma proposta. Este estudo deve estimular a discussão sobre a necessidade e objectivos, modalidades e possibilidades de desenvolvimento e implementação deste fundo. Este estudo e discussão poderá depois culminar na preparação de uma proposta específica de criação do fundo em se concluindo a sua necessidade.
5. **Mega-projectos** – estudar experiências internacionais sobre como estimular e dinamizar a expansão e desenvolvimento de produção de bens e serviços a montante e jusante dos mega-projectos com o objectivo de definir políticas e acções que permitam

¹⁴ EITI, Extractive Industry Transparency Initiative.

o desenvolvimento de novas indústrias, aparecimento de novas empresas e expansão de emprego e também adicionar maior valor aos produtos minerais e gás e petróleo a serem exportados. O aparecimento destas novas indústrias estimulará também a necessidade de acesso a maiores fontes de energia viabilizando o grande potencial energético do país.

ANEXO

Quadro 1. Moçambique: População projectada: 2007 - 2025

	2007								
	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15-19	2,157,624	1,037,564	1,120,060	721,645	353,379	368,266	1,435,979	684,185	751,794
20-24	1,804,011	841,927	962,084	636,133	308,526	327,607	1,167,878	533,401	634,477
25-29	1,517,899	699,388	818,511	541,383	261,878	279,505	976,516	437,510	539,006
30-34	1,278,190	586,853	691,337	435,680	210,647	225,033	842,510	376,206	466,304
35-39	1,058,869	488,381	570,488	351,384	170,949	180,435	707,485	317,432	390,053
40-44	822,559	402,226	420,333	258,348	132,013	126,335	564,211	270,213	293,998
45-49	658,716	322,787	335,929	202,849	105,016	97,833	455,867	217,771	238,096
50-54	537,550	250,500	287,050	150,863	76,469	74,394	386,687	174,031	212,656
55-59	428,601	197,384	231,217	112,986	56,462	56,524	315,615	140,922	174,693
60-64	325,385	152,480	172,905	78,807	38,300	40,507	246,578	114,180	132,398
População Activa	10,589,404	4,979,490	5,609,914	3,490,078	1,713,639	1,776,439	7,099,326	3,265,851	3,833,475
População Total	20,632,434	9,930,196	10,702,238	6,269,621	3,079,809	3,189,812	14,362,813	6,850,387	7,512,426

Fonte: Projecções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040, INE.

Quadro 1. Moçambique: População projectada: 2007 - 2025 (2)

	2008								
	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15-19	2,222,021	1,069,733	1,152,288	751,239	368,488	382,751	1,470,782	701,245	769,537
20-24	1,860,477	860,828	999,649	661,569	319,807	341,762	1,198,908	541,021	657,887
25-29	1,563,949	717,493	846,456	559,509	269,346	290,163	1,004,440	448,147	556,293
30-34	1,305,462	602,288	703,174	448,934	216,990	231,944	856,528	385,298	471,230
35-39	1,091,341	503,000	588,341	364,267	176,524	187,743	727,074	326,476	400,598
40-44	853,532	414,035	439,497	270,737	137,136	133,601	582,795	276,899	305,896
45-49	673,381	333,148	340,233	208,395	108,021	100,374	464,986	225,127	239,859
50-54	552,839	258,822	294,017	157,476	79,710	77,766	395,363	179,112	216,251
55-59	438,394	201,550	236,844	116,915	58,332	58,583	321,479	143,218	178,261
60-64	335,061	156,551	178,510	82,615	40,201	42,414	252,446	116,350	136,096
População Activa	10,896,457	5,117,448	5,779,009	3,621,656	1,774,555	1,847,101	7,274,801	3,342,893	3,931,908
População Total	21,207,929	10,210,267	10,997,662	6,472,214	3,176,209	3,296,005	14,735,715	7,034,058	7,701,657

Quadro 1. Moçambique: População projectada: 2007 - 2025 (3)

	2011								
	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15-19	2,460,934	1,194,748	1,266,186	851,315	418,618	432,697	1,609,619	776,130	833,489
20-24	2,023,767	934,017	1,089,750	745,060	361,408	383,652	1,278,707	572,609	706,098
25-29	1,714,631	769,710	944,921	625,955	297,229	328,726	1,088,676	472,481	616,195
30-34	1,408,645	650,546	758,099	500,887	239,872	261,015	907,758	410,674	497,084
35-39	1,172,093	546,289	625,804	398,289	192,380	205,909	773,804	353,909	419,895
40-44	959,742	450,897	508,845	317,263	155,655	161,608	642,479	295,242	347,237
45-49	730,800	364,553	366,247	228,362	117,688	110,674	502,438	246,865	255,573
50-54	592,800	286,571	306,229	178,716	90,941	87,775	414,084	195,630	218,454
55-59	474,509	216,913	257,596	130,596	64,431	66,165	343,913	152,482	191,431
60-64	364,370	168,216	196,154	95,484	46,604	48,880	268,886	121,612	147,274
População Activa	11,902,291	5,582,460	6,319,831	4,071,927	1,984,826	2,087,101	7,830,364	3,597,634	4,232,730
População Total	22,416,881	10,799,284	11,617,597	6,908,291	3,384,605	3,523,686	15,508,590	7,414,679	8,093,911

Quadro 1. Moçambique: População projectada: 2007 - 2025 (4)

	2015								
	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15-19	2,772,960	1,378,244	1,394,716	979,579	482,418	497,161	1,793,381	895,826	897,555
20-24	2,304,088	1,083,081	1,221,007	887,518	436,533	450,985	1,416,570	646,548	770,022
25-29	1,926,947	855,501	1,071,446	740,724	351,770	388,954	1,186,223	503,731	682,492
30-34	1,589,845	718,588	871,257	586,039	274,428	311,611	1,003,806	444,160	559,646
35-39	1,285,999	603,158	682,841	461,935	220,778	241,157	824,064	382,380	441,684
40-44	1,076,563	503,062	573,501	370,753	178,942	191,811	705,810	324,120	381,690
45-49	853,052	407,648	445,404	282,760	139,777	142,983	570,292	267,871	302,421
50-54	651,875	324,005	327,870	204,028	103,938	100,090	447,847	220,067	227,780
55-59	527,245	247,395	279,850	157,435	77,675	79,760	369,810	169,720	200,090
60-64	403,635	183,916	219,719	112,496	54,282	58,214	291,139	129,634	161,505
População Activa	13,392,209	6,304,598	7,087,611	4,783,267	2,320,541	2,462,726	8,608,942	3,984,057	4,624,885
População Total	25,727,911	12,419,014	13,308,897	8,181,475	3,997,895	4,183,580	17,546,436	8,421,119	9,125,317

Quadro 1. Moçambique: População projectada: 2007 - 2025 (5)

	2025								
	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15-19	3,703,836	1,844,912	1,858,924	1,328,257	661,536	666,721	2,375,579	1,183,376	1,192,203
20-24	3,203,625	1,588,487	1,615,138	1,275,817	640,633	635,184	1,927,808	947,854	979,954
25-29	2,643,659	1,277,704	1,365,955	1,131,077	557,553	573,524	1,512,582	720,151	792,431
30-34	2,171,528	995,230	1,176,298	932,876	444,471	488,405	1,238,652	550,759	687,893
35-39	1,758,744	779,181	979,563	731,036	336,291	394,745	1,027,708	442,890	584,818
40-44	1,420,957	643,651	777,306	568,312	262,285	306,027	852,645	381,366	471,279
45-49	1,133,820	529,609	604,211	439,769	208,218	231,551	694,051	321,391	372,660
50-54	928,628	428,868	499,760	340,455	161,121	179,334	588,173	267,747	320,426
55-59	721,731	335,648	386,083	253,001	120,283	132,718	468,730	215,365	253,365
60-64	529,816	255,821	273,995	178,022	85,908	92,114	351,794	169,913	181,881
População Activa	18,216,344	8,679,111	9,537,233	7,178,622	3,478,299	3,700,323	11,037,722	5,200,812	5,836,910
População Total	33,164,996	16,082,938	17,082,058	11,589,289	5,658,587	5,930,702	21,575,707	10,424,351	11,151,356

Quadro 2

The Global Competitiveness Index 2011-2012 rankings

© 2011 World Economic Forum | www.weforum.org/gcr

Country/Economy	GCI 2011-2012		GCI 2010-2011	
	Rank	Score	Rank	Change
Switzerland	1	5.74	1	0
Singapore	2	5.63	3	1
Sweden	3	5.61	2	-1
Finland	4	5.47	7	3
United States	5	5.43	4	-1
Germany	6	5.41	5	-1
Netherlands	7	5.41	8	1
Denmark	8	5.40	9	1
Japan	9	5.40	6	-3
United Kingdom	10	5.39	12	2
Hong Kong SAR	11	5.36	11	0
Canada	12	5.33	10	-2
Taiwan, China	13	5.26	13	0
Qatar	14	5.24	17	3
Belgium	15	5.20	19	4
Norway	16	5.18	14	-2
Saudi Arabia	17	5.17	21	4
France	18	5.14	15	-3
Austria	19	5.14	18	-1
Australia	20	5.11	16	-4
Malaysia	21	5.08	26	5
Israel	22	5.07	24	2
Luxembourg	23	5.03	20	-3
Korea, Rep.	24	5.02	22	-2
New Zealand	25	4.93	23	-2
China	26	4.90	27	1
United Arab Emirates	27	4.89	25	-2
Brunei Darussalam	28	4.78	28	0
Ireland	29	4.77	29	0
Iceland	30	4.75	31	1
Chile	31	4.70	30	-1
Oman	32	4.64	34	2
Estonia	33	4.62	33	0
Kuwait	34	4.62	35	1
Puerto Rico	35	4.58	41	6
Spain	36	4.54	42	6
Bahrain	37	4.54	37	0
Czech Republic	38	4.52	36	-2
Thailand	39	4.52	38	-1
Tunisia	40	4.47	32	-8
Poland	41	4.46	39	-2
Barbados	42	4.44	43	1
Italy	43	4.43	48	5
Lithuania	44	4.41	47	3
Portugal	45	4.40	46	1
Indonesia	46	4.38	44	-2
Cyprus	47	4.36	40	-7
Hungary	48	4.36	52	4
Panama	49	4.35	53	4
South Africa	50	4.34	54	4
Malta	51	4.33	50	-1
Sri Lanka	52	4.33	62	10
Brazil	53	4.32	58	5
Mauritius	54	4.31	55	1
Azerbaijan	55	4.31	57	2
India	56	4.30	51	-5
Slovenia	57	4.30	45	-12
Mexico	58	4.29	66	8
Turkey	59	4.28	61	2
Montenegro	60	4.27	49	-11
Costa Rica	61	4.27	56	-5
Iran, Islamic Rep.	62	4.26	69	7
Uruguay	63	4.25	64	1
Latvia	64	4.24	70	6
Vietnam	65	4.24	59	-6
Russian Federation	66	4.21	63	-3
Peru	67	4.21	73	6
Colombia	68	4.20	68	0
Slovak Republic	69	4.19	60	-9
Rwanda	70	4.19	80	10
Jordan	71	4.19	65	-6
Kazakhstan	72	4.18	72	0
Morocco	73	4.16	75	2
Bulgaria	74	4.16	71	-3
Philippines	75	4.08	85	10
Croatia	76	4.08	77	1
Romania	77	4.08	67	-10
Albania	78	4.06	88	10

The Global Competitiveness Index 2011-2012 rankings

© 2011 World Economic Forum | www.weforum.org/gcr

Country/Economy	GCI 2011-2012		GCI 2010-2011	
	Rank	Score	Rank	Change
Macedonia, FYR	79	4.05	79	0
Botswana	80	4.05	76	-4
Trinidad and Tobago	81	4.00	84	3
Ukraine	82	4.00	89	7
Namibia	83	4.00	74	-9
Guatemala	84	4.00	78	-6
Argentina	85	3.99	87	2
Honduras	86	3.98	91	5
Algeria	87	3.96	86	-1
Georgia	88	3.95	93	5
Lebanon	89	3.95	92	3
Greece	90	3.92	83	-7
El Salvador	91	3.89	82	-9
Armenia	92	3.89	98	6
Moldova	93	3.89	94	1
Egypt	94	3.88	81	-13
Serbia	95	3.88	96	1
Mongolia	96	3.86	99	3
Cambodia	97	3.85	109	12
Syria	98	3.85	97	-1
Gambia, The	99	3.84	90	-9
Bosnia and Herzegovina	100	3.83	102	2
Ecuador	101	3.82	105	4
Kenya	102	3.82	106	4
Bolivia	103	3.82	108	5
Benin	104	3.78	103	-1
Tajikistan	105	3.77	116	11
Ethiopia	106	3.76	119	13
Jamaica	107	3.76	95	-12
Bangladesh	108	3.73	107	-1
Guyana	109	3.73	110	1
Dominican Republic	110	3.73	101	-9
Senegal	111	3.70	104	-7
Suriname	112	3.67	n/a	n/a
Zambia	113	3.67	115	2
Ghana	114	3.65	114	0
Nicaragua	115	3.61	112	-3
Cameroon	116	3.61	111	-5
Malawi	117	3.58	125	8
Pakistan	118	3.58	123	5
Cape Verde	119	3.58	117	-2
Tanzania	120	3.56	113	-7
Uganda	121	3.56	118	-3
Paraguay	122	3.53	120	-2
Belize	123	3.52	n/a	n/a
Venezuela	124	3.51	122	-2
Nepal	125	3.47	130	5
Kyrgyz Republic	126	3.45	121	-5
Nigeria	127	3.45	127	0
Mali	128	3.39	132	4
Côte d'Ivoire	129	3.37	129	0
Madagascar	130	3.36	124	-6
Timor-Leste	131	3.35	133	2
Zimbabwe	132	3.33	136	4
Mozambique	133	3.31	131	-2
Swaziland	134	3.30	126	-8
Lesotho	135	3.26	128	-7
Burkina Faso	136	3.25	134	-2
Mauritania	137	3.20	135	-2
Yemen	138	3.06	n/a	n/a
Angola	139	2.96	138	-1
Burundi	140	2.95	137	-3
Haiti	141	2.90	n/a	n/a
Chad	142	2.87	139	-3